

O PROCESSO DA REVOLUÇÃO RUSSA

Maurício Tragtenberg

Resumo:

Este trecho do livro *A Revolução Russa*, de Maurício Tragtenberg, mostra o processo de estabelecimento da Revolução bem como as políticas que levaram a construção e estratificação do Estado com medidas autoritárias. Nesse sentido, as políticas de Lênin encontraram grande resistência pela frente até a vitória dos bolcheviques apenas depois de 1920. O texto mostra os embates dessa proposta contra os socialistas libertários (anarquismo), dentro do próprio marxismo e diante os camponeses, sindicalistas e soviets bem como as redefinições de partido e maioria/minoria desenvolvidas nesse processo.

Palavras-chave: Revolução Russa. Socialismo Libertário. Soviets. Bolchevismo. Sindicalismo.

MAKHNO NA UCRÂNIA

A desintegração do exército czarista na Primeira Guerra Mundial deveu-se à insistência do primeiro ministro Kerenski, escolhido pelo sucessor de Nicolau II, príncipe Lvov, em continuar uma guerra contra a Alemanha na qual o soldado russo não via sentido algum. A miséria no campo e a fome levaram esse soldado, filho de camponês ou camponês a lutar pela paz e pela terra. Soldados se amotinando contra oficiais, marinheiros contra seus comandantes, operários contra patrões – esse era o quadro que a Rússia apresentava no período iniciado com a abdicação dos Romanov e terminando com a tomada do poder pelo partido de Lenin.

Chamou-se de *kerenschina* as dez semanas durante as quais o general Kornilov tenta consumir um golpe de Estado contra Kerenski, fracassado graças à união das esquerdas e dos liberais. Por outro lado, a intransigência do patronato e a desmoralização do Governo Provisório haviam reforçado aqueles que não confiavam na Revolução de Fevereiro, que levava os liberais ao poder. Contra estes, pregavam “Todo poder aos soviets” como solução para os problemas externos (paz e guerra) e internos (problema agrário, controle operário da produção), procurando dar um conteúdo socialista à revolução.

O Palácio de Inverno caiu na noite de 25 de outubro de 1917 (do calendário Juliano), nas mãos do Partido Bolchevique sob direção de Lenin. Agora era preciso enfrentar, no plano interno, o problema da organização do trabalho nas fábricas e nos campos, além da sabotagem dos antigos técnicos que serviam ao antigo regime, e, no plano externo, a invasão da Rússia por tropas alemãs e tchecas e os movimentos de contrarrevolução, dirigidos por generais, que visavam restabelecer o czarismo. Denikin, Wrangel, Petliura eram sinônimos de restauração monárquica e capitalista. E as relações dos soviets com o Partido Bolchevique e deste com o Estado? Enquanto no coração da Rússia, em Moscou e São Petersburgo, esses problemas são urgentes e imediatos, desenvolve-se na Ucrânia uma revolução socialista cujos princípios fundam-se na auto-organização dos camponeses, na autogestão econômica e social e na formação de milícias para enfrentar os generais czaristas que pretendiam na Ucrânia destruir a revolução socialista e restabelecer o antigo regime.

Em 1917 os bolcheviques tomaram o poder, mas no sul da Rússia só triunfaram a 26 de novembro de 1920. É que na Ucrânia ocorrera uma revolução social conhecida como *makhnovitchina*, liderada por um camponês, Nestor Makhno. Em março de 1917, em Guliai-Pole, Makhno reuniu os socialistas libertários (anarquistas) que lá deixara quando fora condenado à prisão perpétua pelo czarismo. Fundou a União dos Camponeses de Guliai-Pole, para organizá-los contra o governo Kerenski. Firmou o princípio de que nos meios camponeses não seria admitido nenhum político, pois, segundo ele, todos sempre procuraram impedir que os trabalhadores fizessem a sua revolução.

No Congresso de Alexandrovka, perto de Guliai-Pole, Makhno enuncia que os camponeses não confiariam a obra revolucionária aos Comitês Comuns de Coalizão, manobrados por Kerenski. Foi o primeiro passo para desqualificar as autoridades constituídas e substituir o aparelho estatal pela organização livre dos camponeses. Nesse congresso, venceu a resolução de que a terra passasse às mãos dos camponeses *sem indenização*.

Em junho de 1917, deu-se a aliança entre os camponeses de Guliai-Pole e os operários de Alexandrovka, através da formação de uma União Profissional. Os camponeses de Guliai-Pole assumiram o Departamento Agrário e o Departamento de Viveres, substituindo as funções do Comitê Comunal oficial.

As terras dos grandes proprietários e dos pequenos (*kulaks*) foram recenseadas. Contra essas duas classes, organizaram-se no soviete dos operários e camponeses, na forma de um comitê, os *batraki* (empregados das fazendas), que podiam agora organizadamente lutar contra os fazendeiros por suas reivindicações. A partir de junho de 1917, sob inspiração desse movimento, os camponeses *deixaram de pagar arrendamento de terras* aos proprietários.

A burguesia de Guliai-Pole fora desarmada. Makhno propôs aos camponeses a repartição das terras das igrejas, mosteiros e dos grandes latifundiários, para cuidarem da sementeira. O presidente eleito do soviete de operários e camponeses de Guliai-Pole, Leon Schneider, junto ao Comitê Executivo Departamental de Ekaterinoslav, estabelece um plano de trabalho junto com a Federação Anarquista desta cidade industrial. Resulta um acordo com os metalúrgicos locais, no sentido de que enviassem matéria-prima às forjas de Guliai-Pole.

Em dezembro, reúne-se o Congresso Departamental dos sovietes de deputados camponeses em Ekaterinoslav, para o qual a região de Guliai-Pole designou Makhno e Mironov. Na cidade, o poder estava dividido entre 4 ou 5 forças, entre as quais a de Kerenski e da *Rada* ucraniana (monarquistas restauradores). Contra as críticas do anarcossindicalista Grinbaum, que aderira ao bolchevismo, e dos chauvinistas reacionários presentes, levantaram-se a Federação Anarquista de Ekaterinoslav, os marinheiros de Kronstadt lá presentes e os delegados anarquistas de Guliai-Pole. Sob a ameaça de serem atacados, a mando dos bolcheviques, pelo Regimento de Cavaleiros de São Jorge, Makhno, revelando seus objetivos aos soldados e oficiais, conseguiu que eles auxiliassem na luta contra a Rada ucraniana.

O bolchevique Einstém proclama a necessidade de um Estado proletário para a realização do projeto socialista; ouvindo isso, os camponeses passaram a exercitar-se na utilização de armas, convencidos de que os autoritários bolcheviques viriam a tentar impor-lhes sua “autoridade” de armas na mão. As forças da Rada ucraniana ameaçavam invadir toda a região e já lutavam contra os bolcheviques nas cidades. Cossacos vindos da frente alemã dispuseram-se a unir-se ao general Kaledin, chefe da contrarrevolução. A 3 de janeiro de 1918 o comandante da Guarda Vermelha bolchevique, Bogdanov, dirige um apelo aos operários e camponeses de Guliai-Pole, pedindo-lhes auxílio. Em resposta,

centenas de anarquistas marcham para Alexandrovská, para reforçar a resistência à contrarrevolução, comandados por Sava Makhno, irmão de Nestor Makhno.

Os bolcheviques, em Alexandrovská, querem impor leis aos operários; a Federação Anarquista desaprova a medida e envia dois delegados à região, Maria Nikoporova e Iacha Nikoporova. Maria é eleita presidente do Comitê Revolucionário, que pede um representante de Guliai-Pole; é enviado Makhno. Fora constituída uma Comissão do Tribunal Revolucionário dos Guardas Vermelhos de Bogdanov. O comitê enviou dois representantes, Makhno e o bolchevista Mirgorodski. Receberam processos de presos para serem julgados.

Makhno exigiu a presença dos presos – muitos eram generais, coronéis chefes de milícia e soldados da Rada. Eram contrarrevolucionários, porém inocentes dos crimes que lhes imputavam, pois não haviam tomado em armas sequer contra os bolcheviques. Makhno pediu exame de cada caso e teve que lutar contra a disposição dos bolcheviques em fuzilar todos indiscriminadamente, mas salvando alguns de quem esperavam serviços futuros. Makhno recri-minou esses bolcheviques que se proclamavam defensores da igualdade e da liberdade, mas as trocavam pelo privilégio do poder.

Enquanto isso, os cossacos marchavam em direção de Alexandrovská com a intenção de atravessar o rio Don e unir-se às forças do general Kaledin. Eles atacam, mas são repelidos e resolvem depor as armas. Muitos, porém, foram servir nas fileiras do Exército Vermelho, na região comandada por Antonov-Ovssenko.

O Comitê Revolucionário resolve dar provas de que é revolucionário: intervém na vida local dos trabalhadores, expedindo ordens severas, verbalmente e por escrito. Lançou sobre a cidade o imposto de 18 milhões de rublos. Prendeu membros do Partido Socialista Revolucionário. Falou-se em criar um comissariado da prisão. Previra Makhno que mais cedo ou mais tarde haveria o rompimento entre os bolcheviques e os socialistas revolucionários de esquerda, com hegemonia para os primeiros. O manobrismo político bolchevique na época era a perfeita ilustração do que Makhno chamara “a cozinha dos comitês centrais”.

Chegando a Guliai-Pole, Makhno é eleito para a presidência do Comitê Revolucionário. Este exige o desarmamento do regimento 48 de Berdiansk, composto de partidários de Kaledin. Com o auxílio da Federação Anarquista de Alexandrovská, o

batalhão é desarmado. As armas não são entregues ao general bolchevique Bogdanov, mas remetidas a Guliai-Pole, base inicial do exército dos camponeses livres.

Com aprovação unânime do soviete local, Makhno obtém letras dos diretores do Banco da Rada existente em Guliai-Pole, sacando 250 mil rublos, para armar melhor a população. Iniciam-se trocas diretas de produtos. As cidades enviariam tecidos e os camponeses de Guliai-Pole enviariam em troca trigo e outros gêneros alimentícios. Em quinze dias firmaram-se contatos com as indústrias têxteis de Prokhorov e Morozov. Estabelecem-se relações com Moscou; o trem volta com tecidos, porém os funcionários o detêm, enviando-o ao centro de aprovisionamento de Alexandrovská, pois, segundo eles, não havia licença das autoridades soviéticas para tais trocas.

Makhno envia protesto severo à seção de Alexandrovská e convoca uma assembleia de trabalhadores em Guliai-Pole, que exige marcha imediata contra as “inúteis autoridades” de Alexandrovská, reconhecendo o direito de Guliai-Pole aos tecidos apreendidos. A assembleia mostra a inutilidade dos intermediários e as vantagens da troca direta e também a inutilidade dos burocratas governamentais.

Delegados camponeses vão às cidades para estabelecer trocas, mas são impedidos pelos bolcheviques, sob alegação de que estão sendo criadas organizações estatais para esse fim. É que o Partido Bolchevique queria não só o monopólio da revolução, mas também do poder em seus vários níveis, para aniquilar uma revolução que seguia uma via autônoma.

Após a assinatura do Tratado de Brest-Litovsk, as autoridades bolcheviques retiram suas tropas da Ucrânia, deixando-a nas mãos das forças da Rada ucraniana, com seus aliados austríacos e alemães. Estes ocupam Kiev, capital da Ucrânia, em março de 1918, e grande parte do país à direita do Dnieper. Seiscentos mil homens a serviço da Rada, auxiliados por soldados austríacos e alemães, chegam ao rio Dnieper e tentam atravessá-lo. Batalhões bolcheviques e outros autônomos resistem ao ataque. Makhno lança um apelo a Guliai-Pole para organizar um exército; a cidade envia 1500 homens. O comandante dos Guardas Vermelhos, Bilinkevitch, recebe apelo de Makhno para que forneça armas para resistir à contrarrevolução. Não acreditando no que ouvia a respeito das realizações dos camponeses de Guliai-Pole, para lá se dirigiu e obteve a confirmação do que ouvira.

Seis canhões, 3 mil fuzis, dois vagões de cartuchos e nove vagões de balas para canhões são fornecidos aos camponeses de Guliai-Pole, cuja obra estava sendo ameaçada

pela Rada ucraniana, pelos bolcheviques e pelo general Denikin. Os bolcheviques não lutaram contra Denikin; esperavam que ele vencesse os anarquistas ucranianos para intervirem depois, destruindo-o. Porém, o derrotado fora o exército de Denikin, composto de muitos soldados e bem armado.

Querendo cooptar Makhno, os bolcheviques ofereceram-lhe grandes vantagens para ingressar no Exército Vermelho, organizado por Trotski. Começaram a louvá-lo e adulá-lo pela imprensa. Ele sentiu o perigo. Os bolcheviques não tolerariam a *makhnovitchina*. Insistiam em impor na região seus delegados, chefes da *Tcheka* (polícia política) e todo tipo de funcionários. Repelidos pelos camponeses, os bolcheviques lançaram mão da *calúnia como arma política*: Makhno tornou-se repentinamente contrarrevolucionário, bandido, agente dos *kulaks* (pequenos proprietários de terra) e inimigo número um da revolução.

Ante isso, foi convocado o III Congresso Regional dos camponeses, soldados e operários a 10 de abril de 1919. O comandante de divisão do Exército Vermelho, Dibenko, declarou *fora da lei* a realização do Congresso e *contrarrevolucionários* seus participantes.

Após a derrota do general czarista Wrangel, os bolcheviques, rompendo acordo formal com as forças de Makhno que participaram dessa luta, metralham das alturas do istmo de Perekop o exército makhnovista que regressava vitorioso pela estreita faixa entre a montanha e o mar.

LENIN EM MOSCOU

Estabelecera-se o regime de Lenin-Trotski.

A aliança entre eles deu-se no processo da Revolução, quando Lenin abandona a tese da *ditadura democrática de operários e camponeses*, que seria exercida por um governo provisório para substituir a autocracia czarista. Lenin pregava uma aliança de partidos entre os socialdemocratas e os socialistas revolucionários, que representavam o interesse das “classes inferiores”. Tratava-se de uma democracia camponesa, sustentada pelo proletariado urbano e dinamizada por um governo reformador.

Trotski, por sua vez, defendia a tese de que a revolução democrático-burguesa seria realizada com o proletariado no poder, devendo unir-se ao proletariado ocidental. A Revolução Russa, para Trotski, seria o prelúdio da revolução ocidental. Segundo Trotski, a revolução democrática em país de capitalismo retardatário se transforma imediatamente em

revolução socialista, tornando-se assim uma *revolução permanente*. Essa noção surgira com Marx, no *Manifesto comunista* redigido em março de 1850. Trotski aceita a teoria de organização de partido leninista e Lenin aceita a teoria da revolução permanente, firmando-se assim a aliança entre eles. As *Teses de abril* de Lenin encaminham-se nesse sentido. Após a tomada do poder pelos bolcheviques, sobrevém um período de guerra-civil. Os camponeses tomam as terras e os operários ocupam as fábricas, pois muitos empresários fugiram.

A Revolução de 1917 pôs fim à supremacia política da burguesia, eliminando sua base econômica, a propriedade privada dos meios de produção, e mudou o sistema de propriedade existente. Porém, *não* teve suficiente força para alterar as relações de produção autoritárias que caracterizam uma sociedade dividida em classes. Que forças se opunham a uma transformação radical do mundo do trabalho? Mais do que todas, evidentemente, a burguesia. A perspectiva da gestão operária da produção não só colocava em jogo sua propriedade dos meios de produção como também a possibilidade de conservar *posições privilegiadas*, mascaradas sob a *competência técnica*, ou cargos que mantivessem poder decisório.

Isso explica por que setores da burguesia suspiraram aliviados quando verificaram que o governo soviético pretendia nacionalizar (estatizar) os meios de produção, deixando intacta a *hierarquia dentro da fábrica*, a separação entre dirigentes e dirigidos. Milhares de indivíduos ligados à classe expropriada voltaram a desempenhar papel de mando como diretores de fábrica do “Estado operário”. Incorporaram-se ao partido para legitimar sua volta a posições dominantes nas relações de produção.

A introdução das técnicas tayloristas – com o incremento da população em série, supervisão de trabalho, separação entre planejadores e produtores diretos, centralização das decisões num comitê ou num diretor nomeado pelo partido – favoreceu esse processo. Trotski defendia a *militarização do trabalho*: o Estado operário tinha o direito de enviar o trabalhador para onde fosse necessário e de prendê-lo se houvesse recusa em cumprir a tarefa que lhe fora destinada. A aplicação da obrigatoriedade e as medidas do trabalho, para Trotski, estavam vinculadas à aplicação de um plano econômico único, abrangendo toda a indústria e o país na sua totalidade.

Ao mesmo tempo, o Congresso do PC aprova a direção unipessoal da indústria. Assim, nos fins de 1920, de 2.051 empresas importantes, 1.783 estavam sob controle uninominal. Surge a *Oposição Operária*, formada por trabalhadores que participaram das revoluções de 1905 e 1917, tendo sua expressão teórica na obra de Alexandra Kollontai, como reação ao período denominado *comunismo de guerra* (1919-20).

A grande crítica que faz ao governo é a da *substituição* da direção colegiada pela unipessoal. A Oposição Operária mostra que a direção unipessoal da fábrica constituiu a encarnação da ideologia individualista característica da classe burguesa. A burguesia não crê na força da coletividade, daí priorizar a direção da empresa nas mãos de um homem isolado, “livre”, da coletividade.

A Oposição Operária cresce. De Moscou e Petrogrado (ex-São Petersburgo e atual Leningrado), suas teses são adotadas na região do Don, dos Urais e da Sibéria. Enquanto isso, o bolchevismo ligava à direção unipessoal da empresa, por um administrador nomeado pelo Estado, a utilização do *método de Taylor* de organização do trabalho e o pagamento por produtividade individual. Enfatizava o estudo e o emprego do que, na sua opinião, havia de científico no taylorismo.

Os bolcheviques não percebiam que, com a importação do taylorismo, importavam também seu conteúdo repressivo: o desconhecimento do sujeito ou sua negação. Contudo, seja dito de passagem que o que se conheceu no mundo como método taylorista surgira na própria Rússia, com a criação da Escola Imperial Técnica de Moscou, em 1878, tendo como diretor o engenheiro Della Voce. Ali se ensinava o que posteriormente se chamava *organização científica do trabalho* ou *taylorismo*, e seus resultados foram apresentados na Exposição de Filadélfia, daí se difundindo às escolas norte-americanas. A utilização do taylorismo pelos bolcheviques, na verdade, foi uma adaptação do método ensinado pela Escola Imperial de Moscou, tendo como fim o *arranco industrial*.

Os proletários perderam a gestão das fábricas; em troca, Lenin ofereceu-lhes o direito de greve! Como se tivessem feito a Revolução Russa para conquistar algo tão limitado! É muito difícil que os termos *administração científica* (Taylor) e *proletariado* andem próximos, pois a ciência foi desenvolvida pela classe dominante e em seu benefício, compatível com sua dominação. Para definir o que é científico, a sociedade capitalista nomeia como tal os conhecimentos e capacidades suscetíveis de sistematização e

incorporação na cultura acadêmica dominante, considerando não científicos conhecimentos que pertençam a uma cultura popular.

Quando os técnicos de organização do trabalho dividem-no, a ponto de extenuar o trabalhador, dir-se-á que tal divisão é científica. Quando os trabalhadores se auto-organizam para produzir, isso é considerado anticientífico. Assim, recebem etiqueta de científicos os trabalhos que podem ser integrados ao sistema capitalista, especialmente se se enquadrarem na divisão hierárquica de trabalho que caracteriza o capitalismo. Isso explica a taylorização no mundo do trabalho, tanto no capitalismo ocidental, como na URSS e no leste europeu. Por outro lado, a hierarquia na produção e na sociedade só pode ser reproduzida se o conhecimento continuar sendo monopólio de “especialistas”.

Isso leva a Oposição Operária a condenar a utilização e a proeminência dada por Lenin aos “especialistas” do antigo regime, que mantêm o espírito de subordinação, hierarquia e obediência passiva. Os bolcheviques procuram nos “especialistas” que serviram ao capitalismo, nos ex-capitalistas, nos técnicos cuja iniciativa fora limitada pelo regime anterior, a solução para os problemas que implica a criação de uma sociedade socialista.

Tudo isso constitui uma tentativa infantil de instituir o comunismo por decreto; onde se deve falar em *criar*, os bolcheviques falam em *prescrever*. O que a Oposição Operária criticava acerbamente era o fato de o partido não apelar aos trabalhadores urbanos e rurais, de não favorecer sua organização a partir do local de trabalho para resolver os problemas que se colocam, mas recorrer aos “especialistas” burgueses. Abriu-se uma brecha entre o bolchevismo e o proletariado.

Diferentemente de Lenin, que permitia a criatividade no plano econômico somente via o Partido Bolchevique, a Oposição Operária manifestava sua descrença ante o fato de que ele mesmo dispersava a *vanguarda* através dos vários setores da burocracia do Estado, cuja atmosfera geral funda-se na *rotina*. E são esses setores que ele vê como fonte da *criatividade econômica!*

Burocracia ou iniciativa das massas constituiu a opção que separa a Oposição Operária dos líderes do partido. No VIII Congresso dos soviets, esse tema foi discutido, porém superficialmente. A transferência de militantes de um setor da burocracia estatal a

outro, onde são tragados pela atmosfera burocrática, não conseguirá jamais levar a uma mínima democratização nem a uma marcha rumo ao soviétismo.

Os que estão na cúpula dos órgãos soviéticos acomodam-se e defendem ideologicamente a burocracia como um destino. Evidencia-se isso quando Trotski afirma que sofreremos mais por assimilarmos o lado negativo, esquecendo o lado positivo da burocracia.

A Oposição Operária vê na burocracia a negação direta da iniciativa das massas. Isso tem reflexos no plano ideológico: qualquer nova iniciativa ou pensamento que não passe pela censura dos órgãos “dirigentes” é vista como violação da disciplina do partido, um atentado às autoridades centrais, a quem cabe prever e prescrever tudo. Os problemas não são resolvidos pela *ação direta* das classes ou grupos interessados, mas a decisão é tomada a partir do topo, por uma pessoa ou um comitê reduzidíssimo, com *ausência* completa dos interessados.

É o que argumentava Rosa Luxemburgo, criticando os bolcheviques quando pretendiam implantar o socialismo por decreto. Mostrava ela que, ao passo que a dominação do capitalismo se funda na *ignorância* das grandes massas, a construção do socialismo pressupõe maior iniciativa, liberdade de pensamento e ação dessas massas, pois é o caminho para a elevação do seu nível de consciência política.

Enquanto essas discussões se davam no interior do partido, os marinheiros da base naval de Kronstadt, inclusive os que prestavam serviço no encouraçado Potemkin – chamados em 1917, por Trotski, de “a glória da revolução” –, revoltam-se contra o governo central de Moscou. A insurreição de Kronstadt iniciou-se a 3 de março de 1921 e terminou a 16 de março do mesmo ano. A irrupção da revolta de Kronstadt está vinculada à situação do proletariado de Petrogrado. O inverno em Petrogrado nos anos 1920-21 foi particularmente severo, embora sua população tenha diminuído em dois terços. O abastecimento apresenta altos níveis de deficiência, devido ao estado catastrófico dos meios de transporte.

A crise de abastecimento, especialmente em víveres, está ligada também à degenerescência burocrática e à corrupção dos órgãos estatais da área.

A Rússia na época pratica a troca dos produtos industriais, produzidos nas cidades, pelos produtos agrícolas. O sal e o petróleo urbanos eram trocados por alguns quilos de

batatas e um pouco de farinha. Oficialmente os mercados não existiam, mas na prática eram tolerados. Contudo, por ordem de Zinoviev, no verão de 1920, qualquer traço de comércio teria de desaparecer. Pequenos armazéns e lojas foram lacrados pelo governo, porém o Estado não tinha possibilidade de abastecer a cidade. Em janeiro de 1921 a *Petrokommouna* (órgão estatal encarregado do abastecimento da cidade) informava que os trabalhadores da indústria pesada tinham direito a 800 gramas de pão preto e os carteiros entre 400 a 200 gramas. O pão preto era nessa época o alimento essencial do trabalhador russo, mas essas rações oficiais eram irregularmente distribuídas e em quantidades menores que as estipuladas nos papéis.

Parte da população que possuía família em zona rural fugia da cidade. Esse dado importante desmente a versão oficial das greves operárias em Petrogrado como consequência da presença de camponeses não temperados pela ideologia proletária! Os trabalhadores da usina de Troubotchni realizam a primeira greve a 24 de fevereiro de 1921. O governo bolchevique envia contra eles destacamentos de cadetes. Isso não impede que a greve se estenda à usina Baltiski, à usina Laferme, à fábrica de sapatos Skorokhod, às usinas Ademiralteiski, Bormann e Metalicheski, atingindo no dia 28 a usina Putilov, a maior do país. Enquanto algumas usinas levantam reivindicações econômicas – como normalização do abastecimento à cidade dos produtos das zonas rurais, restabelecimento do mercado, supressão da fiscalização das milícias que se apropriam de alguns quilos de batatas que os trabalhadores conseguiram em troca de produtos manufaturados –, outras formulam reivindicações políticas, como liberdade de imprensa e liberdade dos prisioneiros políticos. Em certas usinas os grevistas cassam a palavra dos bolcheviques.

Resposta do governo: medidas militares para enfrentar essas reivindicações através da constituição de um Comitê de Defesa, que proclama *estado de sítio na cidade de Petrogrado*. A circulação de pessoas fica proibida após as 23 horas, assim como reuniões, comícios e agrupamentos, em locais abertos ou fechados, sem autorização do comitê. Infração a essas ordens implica julgamento, com aplicação de leis previstas em tempo de guerra. São mobilizados os membros do partido e os grevistas mais ativos são encarcerados. Os marinheiros de Kronstadt enviam a 26 de fevereiro seus delegados a Petrogrado, para informar-se a respeito das greves. Visitam inúmeras usinas, voltando a

Kronstadt no dia 28 do mesmo mês. Quais foram as reivindicações dos marinheiros de Kronstadt que levaram a base naval a levantar-se contra os bolcheviques?

KRONSTADT: A REVOLUÇÃO NA REVOLUÇÃO

Kronstadt, considerando que os soviets atuais *não* exprimiam mais a vontade dos operários e camponeses, reivindicava: imediata eleição com voto secreto, com liberdade de desenvolver campanha eleitoral; liberdade de imprensa e palavra para operários e camponeses, anarquistas e socialistas de esquerda; liberdade de reunião para todos os sindicatos operários e organizações camponesas; liberdade para todos os socialistas prisioneiros políticos, assim como marinheiros e soldados do Exército Vermelho presos durante os movimentos populares; eleição de uma comissão encarregada de examinar os casos dos prisioneiros e dos internados em *campos de concentração*; supressão de todos os departamentos políticos (em cada unidade fabril, militar e de bairro, o partido possuía um departamento político); nenhum partido deve ter o privilégio da propaganda política e ideológica nem receber nenhuma subvenção governamental; no lugar dos departamentos políticos, formar Comissões de Educação e Cultura financiadas pelo Estado; supressão imediata de todas as barreiras militares; supressão dos destacamentos comunistas de choque em todas as seções militares e da Guarda Comunista nas minas e usinas; se houver necessidade de destacamentos, que sejam nomeados pelos soldados das seções militares; se houver necessidade de guardas, que sejam escolhidos pelos próprios trabalhadores; o camponês deve usufruir sua terra, sem empregar trabalho assalariado.

Os marinheiros de Kronstadt criticavam a formação de uma nova burocracia, a quem chamavam de *comissioocracia*, e também a estatização dos sindicatos. Inúmeros membros do Partido Bolchevique que residiam em Kronstadt pedem publicamente demissão do partido, aceitando a crítica dos marinheiros ao governo soviético.

Kronstadt mesmo se autodenomina a “Terceira Revolução Russa”. Qual a posição das várias facções políticas russas da época a respeito da rebelião? *Anarquistas* – Embora houvesse entre os membros do Comitê Revolucionário marinheiros que se definiam como anarquistas, não se verificou intervenção direta dos anarquistas enquanto grupo ou corrente organizada. A imprensa anarquista não se manifesta a respeito da insurreição e Iarchouk, antigo anarcossindicalista, nada diz a respeito no seu livro sobre a insurreição de 1921.

Em caráter pessoal, anarquistas como Emma Goldman e Alexandre Berkman se propuseram a ser os mediadores entre os marinheiros e os bolcheviques; só a proposta de mediação já mostra a escassa participação anarquista na rebelião. Quanto aos soviets, na revolução ucraniana Makhno já lutava por soviets *livres*. A posição de Kronstadt de confiar aos sindicatos tarefas importantes não é idéia exclusivamente anarquista, pois os socialistas revolucionários de esquerda e os membros da Oposição Operária também a defendiam. Ela traduzia o consenso daqueles que pretendiam salvar a Revolução pela democracia operária, opondo-se à ditadura do partido único.

Mencheviques – Sempre tiveram escassa influência sobre os marinheiros. Embora tivessem número razoável de deputados no soviete de Kronstadt, seu nível de popularidade era baixo, enquanto os anarquistas, com três deputados somente, gozavam de muito maior aceitação entre os marinheiros (em 1917, numerosos anarquistas não distinguiam claramente suas diferenças com o bolchevismo, vendo em Lenin um marxista-bakunista).

Embora hostis aos bolcheviques, os mencheviques nunca pregaram a revolução violenta contra o governo. Tentam agir como *oposição legal* nos soviets e no movimento sindical. Esperavam eles que o término da guerra civil levasse o regime soviético a rumos democráticos.

Socialistas revolucionários de direita – Através de seu líder Viktor Tchernov, apoiava Kronstadt e fazia crítica à ditadura bolchevique, receitando como remédio aos males dos trabalhadores a convocação de uma Assembleia Constituinte. Criticavam acerbamente os bolcheviques de sobreporem os soviets à Constituinte e até mesmo de fechá-la.

Socialistas revolucionários de esquerda – Apoiavam inteiramente as reivindicações de Kronstadt, enunciadas anteriormente. No seu jornal oficial, negavam terminantemente qualquer participação na insurreição.

Lenin – Liga a insurreição de Kronstadt ao elemento camponês, pressionando o governo soviético. Denuncia a presença em Kronstadt de mencheviques, socialistas revolucionários e outros antibolcheviques. Atribui a direção da rebelião a um general czarista, Koslovski. Acusa Kronstadt de receber recursos do capital financeiro internacional, como tentativa de deslocamento do poder em proveito dos empresários urbanos e agrários. A argumentação de *Trotsky* caminha no mesmo sentido que a de Lenin.

Porém, após Trotski ter sido exilado por Stalin, no México escreve seu último livro – foi assassinado no meio de sua redação por um agente da polícia secreta de Stalin –, intitulado *Stalin*, onde confessa que a repressão bolchevique a Kronstadt fora uma necessidade trágica; o mesmo vale para Makhno e outros revolucionários, que, segundo ele, *tinham boas intenções mas agiram erradamente*.

No real, o proletariado russo perdera o controle das fábricas, dirigidas por delegados do Estado, a insurreição camponesa autogestionária da Ucrânia, que derrotara os generais Denikin e Wrangel, foi contida pelo Exército Vermelho, e a insurreição de Kronstadt, que definia um programa de objetivos socialistas e libertários, foi selvagememente reprimida pelo bolchevismo. A repressão fora dirigida pelo general Tukatchevski, posteriormente fuzilado como “traidor” da Revolução por Stalin, nos célebres processos de Moscou (1936-38). Diga-se de passagem, nesses processos Stalin fuzilara todo o Comitê Central de Lenin.

A QUESTÃO SINDICAL

A questão sindical dividirá o Partido Bolchevique em duas tendências, expressas através da Plataforma dos Dez, obra de Lenin, Zinoviev, Tomski, Kalinin, Losovski, Kamenev e Stalin e a plataforma de Trotski e Bakharin. O primeiro documento atribuía inúmeras funções ao sindicato: sob o Estado socialista, deve ele concentrar seus esforços na organização da economia, no recenseamento e repartição da força de trabalho obrigatório para todos. As tarefas do sindicato são econômicas e educacionais; sua realização pelo sindicato não deve ser isolada, *mas enquanto aparelho fundamental do Estado soviético dirigido pelo Partido Comunista*. Devem os sindicatos se transformar em órgãos de *sustentação* do Estado proletário.

Os sindicatos devem ajudar o Conselho Superior de Economia na sua tarefa de estatizar as empresas, enfatiza a Plataforma dos Dez; isso, na prática, significa o controle pelo Estado da economia, de todo tipo de aparelho, conseqüentemente, da totalidade da vida dos cidadãos. Mais ainda, cabe aos sindicatos sustentarem a ditadura do proletariado e converterem-se em *escolas do comunismo*, pois a *maioria* dos sindicalizados não pertence ao partido – dos 6.970.000 membros dos sindicatos, o partido conta com 500.000. Os sindicatos serão es-colas do comunismo, na medida em que organizarem os artistas e os empregados no comércio ou nos serviços de saúde, aproximando-os do partido.

O sindicato já cumpre *funções estatais*, com elaboração de normas de trabalho e divisão de roupas profissionais, e a Plataforma prevê que elas crescerão enormemente. Os sindicatos serão escolas do comunismo na medida em que tiverem amplos contingentes de proletários integrados a funções sindicais e não obrigatoriamente a funções partidárias. A estatização dos sindicatos prejudicaria a finalidade de torná-los escolas do comunismo. Esclarece a Plataforma que a *militarização do trabalho* será um sucesso desde que partido, soviets e sindicatos possam explicar a sua finalidade aos trabalhadores.

Quanto à relação com o partido, a Plataforma dos Dez define claramente que as organizações centrais e locais do Partido Comunista russo dirigem o aspecto *ideológico* do trabalho sindical; as frações comunistas dos sindicatos devem obedecer fielmente às organizações do partido, conforme decisão do X Congresso.

Ressalta a importância de o sindicato lutar contra a deserção do trabalho e tudo que atente contra a disciplina do mesmo. Preconiza a criação de tribunais disciplinares, chamados *tribunais de camaradas*, para julgar os que transgredirem as normas sindicais. A Plataforma de Trotski e Bukharin ao X Congresso do partido, além de copiar a Plataforma dos Dez no que se refere ao sindicato como escola do comunismo e organismo disciplinador, no seu item 10 prega a *estatização dos sindicatos*, pois, segundo Trotski, *isso permitiria às massas laboriosas compreenderem o caráter socialista do trabalho obrigatório sob controle sindical*.

Trotski vincula a maior influência sindical sobre a economia à maior integração do sindicato no aparelho de Estado; tudo isso para reagir à burocratização, segundo ele. Essas duas plataformas motivaram reação enérgica da Oposição Operária. Esta acusa o PC de ser dominado pelos cidadãos de origem pequeno-burguesa, que constituem 60% de seu contingente para 40% de cidadãos de origem operário-camponesa. Critica a falta de liberdade de expressão no *interior do partido*, onde é estigmatizado como anarco-sindicalista todo aquele que pretende aproximar o proletário da fábrica ao partido.

No movimento sindical, a Oposição Operária denuncia a dura realidade da *repressão burocrática às iniciativas operárias*, o abuso de poder das burocracias do partido e do sindicato, ignorando decisões tomadas em congresso. Critica a tutela e opressão da burocracia que atinge os membros do próprio partido, que não escolhem quem querem, mas

elegem os integrantes bem relacionados. Conclui que tais métodos de trabalho conduzem ao carreirismo, ao espírito de intriga e ao servilismo.

Tudo isso consta da carta-apelo enviada pela Oposição Operária da URSS aos membros da Conferência da Internacional Comunista, a 26 de fevereiro de 1922. A Oposição Operária critica a cúpula do partido de *não confiar na capacidade de trabalho da classe operária*, achando que simples operários não criaram as condições econômicas necessárias à construção do comunismo. Essa atitude encontra-se nos pronunciamentos de Lenin, Trotski, Bukharin e Zinoviev, com o pretexto de que assunto de *produção* é tema delicado, sendo impossível o trabalhador lidar com isso sem ter um *guia* ou chefe. Pretendem, em outras palavras, colocar de volta os trabalhadores nos bancos escolares; após devidamente instruídos, os professores do Conselho Superior de Economia Nacional deixarão lugar aos sindicatos para dirigirem a economia.

Todos eles concordam que a direção da economia seja orientada de cima para baixo, utilizando uma burocracia herdada do czarismo. Em suma, destinam ao sindicato uma função secundária de auxiliar. A Plataforma dos Dez acentua a função *educativa* do sindicato, como escola do comunismo. Trata-se então de formar *operários pedagogos* e não sindicalistas combativos. No entanto, o “aluno” não tem espaço para mostrar sua criatividade. Estranha pedagogia, essa.

Porém, argumenta a Oposição Operária, eles esquecem que os sindicatos *não* podem reduzir-se a serem escolas, mas devem ser os *criadores* do comunismo. Como já vimos, para quase sete milhões de operários, existiam na Rússia de então 500 mil comunistas. Segundo Lenin, o partido engloba a vanguarda do proletariado e deduz-se que a elite dos comunistas, em colaboração estreita com os “especialistas” da administração econômica estatal, elabora os métodos laboratoriais da experiência comunista, supervisionados pelos membros do Conselho Superior de Economia Nacional. E as massas operárias dos sindicatos devem considerá-los seus introdutores, guiando-se pelo seu “exemplo”. Quanto a exercer o poder, segundo Lenin, Trotski, Zinoviev, Bukharin, o momento ainda não é chegado: os “alunos” devem aguardar.

Bukharin reúne duas posturas a respeito: os sindicatos são escolas do comunismo e ao mesmo tempo órgãos do Estado proletário. Ele unifica as teses de Lenin e Trotski no que têm de essencial. A Oposição Operária coloca uma questão fundamental: a construção do

comunismo será feita pela burocracia ou por iniciativa das massas? O VIII Congresso dos soviets examinou o tema da burocracia muito apressadamente.

O que não constituiu solução ao problema da crescente burocratização da Revolução é o transferir comunistas de um cargo a outro, de um ministério a outro, onde são engolidos pela atmosfera burocrática lá reinante e pelo domínio do elemento pequeno-burguês. Tais medidas não levam à ampliação da democracia nem muito menos à revivificação dos soviets. Não somente a iniciativa das massas sem partido foi bloqueada, mas até mesmo a das massas pertencentes ao próprio Partido Comunista. Queixa-se a Oposição Operária que qualquer iniciativa independente, qualquer pensamento novo que nunca passou pela censura dos órgãos dirigentes, são considerados *heresia, violação* da disciplina do partido, *atentado* às autoridades centrais que tudo devem prever e prescrever. Com esses mesmos argumentos, anos depois, Trotski, no exílio, denunciará a burocracia no celebre livro *A revolução traída*.

Que iniciativa é possível sem liberdade de opinião e pensamento? – perguntam os membros da Oposição Operária, como perguntam os camponeses de Makhno na Ucrânia e os marinheiros de Kronstadt, todos reprimidos pelos bolcheviques. A Oposição reconhece que a condição de livrar-se do domínio da burocracia que emerge no interior do partido – e não só nas instituições estatais – é *combater o sistema na sua totalidade*. Assim, conclama o Partido Comunista a *tornar-se* um partido operário, a promover depurações internas dos elementos não proletários que se infiltraram no mesmo após a vitória de outubro. Propõe a volta ao princípio *eletivo*, pois a nomeação pelo alto é o traço característico da burocracia, e que a *base* volte a examinar todas as questões, para só depois elas serem submetidas às cúpulas.

Conclui que a liberdade de crítica e de discussão, além do reconhecimento das *diversas tendências* no interior do partido, é a melhor arma antiburocrática. Porém, uma questão se coloca nessa crítica da Oposição à burocracia e no remédio apontado acima: como manter liberdade *interna* no partido se no plano *externo* existe a ditadura do *partido único* em nome do proletariado?

A falta de liberdade de discussão, na sociedade civil como um todo, logicamente cria o mesmo clima no interior do partido e dos sindicatos. O problema é mais amplo e profundo. Kautsky, criticando o bolchevismo, defendia uma democracia à ocidental, com

Parlamento, atribuindo aos sovietes caráter auxiliar. Lenin, por sua vez, contrapunha à democracia com pluripartidarismo e Parlamento, o que ele entendia por *ditadura do proletariado*, exercida pelo partido, como “sua” vanguarda. Isso nos leva a discutir o papel dos sovietes na construção de uma sociedade socialista e sua compatibilidade com a existência de uma ditadura exercida por um partido.

OS SOVIETES

Os sovietes (conselhos) surgem como órgãos revolucionários que representam as classes proletárias urbanas ou rurais e sua estrutura organizatória toma a direção de uma *democracia direta*, tendo em vista atingir seu objetivo: uma transformação estrutural da sociedade. A forma *conselho* historicamente aparece diferenciada: por *movimento de conselhos* entende-se o fenômeno concreto político-social, podendo acompanhar-se sua origem, influência político-social, e o processo histórico de sua atuação; por *filosofia dos conselhos* entende-se seu ideário, as noções teóricas que se articulam com o movimento dos conselhos; por fim, pode aparecer um *sistema de conselhos*, na forma de sovietes estatais, como ocorreu na Revolução Russa.

Assim, a forma *conselho* pode tomar conteúdos históricos diferentes, dependentes do movimento histórico-social em que se dá – assim como nas *idades comunais* da Idade Média, nos cantões camponeses na Suíça, nas primitivas estruturas municipais norte-americanas, na Comuna de Paris de 1871 e nos sovietes russos de 1905. Seus teóricos mais importantes são Max Alder e Anton Pannekoek. (Outra forma específica de conselho é representada pelos *comitês de fábrica*.)

Valorizando a ação direta como forma de atuação, rejeitando o Parlamento e os partidos políticos como mediadores entre o proletariado e a sociedade global, privilegiando a auto-organização e a transformação social por via sindical, Pouget, Griffuelles, Monatte e Yvetot, sindicalistas revolucionários franceses, foram os primeiros teóricos do soviete. Porém, sua primeira aparição enquanto fenômeno político e histórico se dará na Revolução Russa de 1905.

Cria-se uma dualidade de poder; de um lado, os sovietes, partidos e sindicatos numa frente, de outro lado, o Estado. O soviete que surgiu em São Petersburgo foi consequência de um grande movimento grevista, ocorrido em 1905, em outubro. O soviete que se instala

a 27 de fevereiro de 1917, no Palácio Taurida, em Petrogrado, já é fruto de um processo revolucionário que atinge o exército, as fábricas e os campos.

As greves começaram por reivindicações estritamente econômicas e rapidamente atingiam o caráter de greves de massa ou greves gerais com *objetivos políticos*. Isso explica por que foi a Rússia que produziu a primeira e exemplar tentativa histórica de massa, como notara já na época Rosa Luxemburgo. E explica também por que, no seio do vasto movimento de oposição ao czarismo – que compreendia correntes liberais reclamando reformas pela via do constitucionalismo, revoltas camponesas pela divisão das terras, impulsos autonomistas por parte das minorias nacionais do Império, dos grupos políticos variados e das diferentes camadas sociais –, *o movimento operário* soube emergir rapidamente, *apesar* de sua fraqueza numérica, como força motriz de toda a corrente de oposição.

A capacidade de auto-organização das massas operárias e camponesas russas com a criação dos sovietes, instituição essa que surgira espontaneamente da massa como forma de organização, mostra que *espontaneidade* na origem dos movimentos e na criação de novas instituições não implica desorganização. Ao contrário, espontaneidade e organização são características das ações das massas populares há muitos anos. Só aqueles que pretendem *controlar, dirigir e domesticar* esses movimentos sociais é que contrapõem espontaneísmo a organização.

Ao analisar a irrupção maciça de greves na Rússia no início do século, Rosa Luxemburgo estava mais atenta que Lenin a esses movimentos. Na época, Lenin estava ocupado com a defesa de sua teoria do partido fundado no centralismo democrático, no livro *O que fazer?*, de 1902, e no II Congresso do Partido Socialdemocrata, de 1903. Mostrava ela a importância da greve de massa: greves parciais, políticas ou econômicas, greves gerais em setores particulares ou em cidades, pacíficas lutas salariais, são movimentos *entrecruzados* de formas de luta revolucionárias.

Isso tudo fez aparecer os sovietes, que representam uma fase avançada de um processo revolucionário que não sofrera interrupção. São o ponto alto do *iceberg*, embora pareçam nascer de improviso. Trotski, na sua obra *1905*, reconhece esse fato ao admitir que os sovietes eram a resposta das massas a uma situação em que elas precisavam organizar-se sem contar com a *tradição* operária anterior, sem se sujeitar aos freios de uma organização,

fazendo convergir as diversas tendências revolucionárias com base na mais ampla representação. O soviete contava com o decidido apoio dos trabalhadores, sem reverência alguma a partidos ou autoridades carismáticas.

Em termos partidários, embora os sovietes não fossem partidários, eram compostos na sua maioria de *mencheviques*, como mostra o jornal *Iskra* (Centelha) de 18 de julho de 1905, que preconiza o boicote à Duma de Buliguin, primeira tentativa do czar para acalmar a população. O menchevique Dan propõe que à margem das eleições legais, sejam feitas outras, ilegais, de *deputados revolucionários* que, ao lado da Câmara oficial, formem um conselho fundado na *autogestão* revolucionária.

Lenin opõe-se à criação e difusão dos sovietes. Crê que só uma insurreição revolucionária poderia criá-los, emanando não da consulta aos interessados – trabalhadores rurais e urbanos – mas de *partidos que dirigiriam a insurreição*. No seu livro *Duas táticas da socialdemocracia na revolução democrática* Lenin critica a instalação de sovietes como *uma mera frase revolucionária cujos termos sedutores pertencem a um passado remoto*. Conclui seu raciocínio atacando duramente a Comuna de Paris que, segundo ele, mostrara como *não* se devia fazer uma revolução. Portanto, ele é hostil aos sovietes em 1905.

O soviete de São Petersburgo, que dura 90 dias, reúne delegados de empresas, na base de um delegado para cada 500 assalariados, e atua como verdadeiro governo da cidade, imprimindo seu jornal oficial, repudiando os empréstimos governamentais, instaurando a jornada de oito horas de trabalho, criando suas milícias armadas. Os *partidos políticos*, todos, assistem às suas reuniões com funções meramente *consultiva*.

Lenin não vê no soviete de operários e camponeses expressão da autogestão econômica, política e social exercida pelas massas. Essa posição de Lenin permite a hegemonia dos mencheviques e socialistas revolucionários nos sovietes. Lenin, em 1905, tudo espera de uma Assembleia Constituinte, mas os anarquistas, mencheviques, socialistas revolucionários e Trotski vêm nos sovietes a expressão política do poder operário-camponês exercido diretamente. Reprimidos após o fracasso da Revolução de 1905, os sovietes reaparecem em 1917, também como produto de uma onda imensa de greves.

Em 1915 Lenin muda sua atitude diante dos sovietes, considerando-os agora como órgãos do poder revolucionário. Sobretudo em Petrogrado, onde o choque político fora mais concentrado, o soviete urbano presidido por Trotski fora o reflexo dos acontecimentos

que conduziram à Revolução de Fevereiro de 1917, à fuga do czar e à tomada do poder pelos bolcheviques em outubro. Lenin, nas suas *Teses de abril*, prega abertamente “Todo poder aos sovietes”, convencido de que estes desenvolverão mais intensamente as iniciativas populares e criticando aqueles que não compreendiam o significado dos sovietes, de representarem um tipo de poder como o da Comuna de Paris. A autogestão em ação.

Porém, o sentido dos sovietes muda após a tomada do poder pelo partido. O processo político mostrou uma tensão entre o movimento social (sovietes), o Partido Bolchevique (centralização) e o novo Estado construído sob sua égide. Na medida em que Lenin englobava como contrarrevolucionários todos os partidos, menos o seu, logicamente, somente o Partido Bolchevique e os socialistas revolucionários de esquerda podiam participar das eleições. A prisão dos delegados ao soviete que eram mencheviques ou socialistas revolucionários e sua expulsão do Comitê Central Executivo são aplicações da teoria leninista em relação a outros partidos, mesmo os de esquerda.

A autonomia do soviete, um dos eixos principais da revolução social desde 1917, é colocada em questão pelo partido. Em todos os níveis da sociedade o poder passa dos organismos soviéticos aos órgãos do partido. Os sovietes tornam-se simples conselhos de execução, conforme as resoluções tomadas pelo II Congresso da Internacional Comunista.

O Comitê Central do Partido e o seu Birô Político neutralizam o Comitê Executivo Central dos sovietes e dos Comissários do Povo. Em decorrência do levante de Kronstadt, reprimido pelo governo, o partido proíbe a existência de frações – a democracia que desaparecera dos sovietes também deixara o partido.

A DITADURA DO PROLETARIADO

A ditadura do proletariado é um dos conceitos centrais operacionalizados por Lenin no transcurso da Revolução Russa, tendo como fonte doutrinária direta Marx e indireta a ação dos jacobinos (adeptos de Robespierre) durante a Revolução Francesa. A noção de ditadura do proletariado não procede das práticas dos trabalhadores, mas da burguesia, que, para sorte sua, influi em setores consideráveis dos movimentos ou partidos da autodenominada “esquerda”.

O que significa a ditadura? É uma certa forma de tomada de poder de Estado, é o Estado submetido ao *estado de sítio*. Os defensores da ditadura, como quaisquer partidários

do Estado, pretendem impor ao povo sua vontade em nome da “transição” do capitalismo ao socialismo. Essa concepção é a maior inimiga da revolução social, na medida em que a *participação* construtiva e direta das massas é bloqueada, controlada, supervisionada. Está vinculada à ideologia da ignorância das massas e de sua incapacidade congênita em formular um projeto político-social. Foram os jacobinos pequeno-burgueses que legaram aos adeptos do *socialismo-estatal* a noção de ditadura. Os jacobinos não só proibiam qualquer greve – no processo da Revolução Francesa de 1789 – como também os organizadores de qualquer associação operária sofriam a aplicação da pena de morte.

Há a considerar que a análise unilateral que predominou no julgamento das forças propulsoras da Revolução Francesa contribuiu para conferir à ditadura jacobina uma força que não possuía, e a morte de seus líderes fez aumentar essa lenda. A abolição do feudalismo e da monarquia não foi obra dos jacobinos nem da Convenção, mas *dos camponeses, artesãos e proletários urbanos*, contrariando a vontade daqueles. A abolição do sistema feudal fora resultado das rebeliões camponesas, reprimidas pelos partidos políticos. Até 1792, a Assembleia Nacional manteve o feudalismo; um ano depois, decretava seu desaparecimento por pressão camponesa.

Na tradição jacobina figura Babeuf, que na sua Conspiração dos Iguais pretendia tomar o poder e implantar uma ditadura, um Estado agrário comunista. No *Manifesto Comunista*, Marx explica que a ditadura do proletariado é igual à conquista da *democracia*. Antes da Revolução de 1848 ele define a dominação política do proletariado como resultado do surgimento de um regime democrático fundado no sufrágio universal.

As decepções com o esmagamento das revoluções de 1848 levam-no a aproximar-se de *Blanqui*. Em 1850, ele pondera que Blanqui concebe a ditadura do proletariado como a transição necessária para a supressão das classes em geral. Em 1871, Marx, que jamais definira seu conceito de ditadura centralizada, escreve *A Guerra Civil em França*, onde faz a defesa da Comuna de Paris, considerando-a a realização da noção de ditadura do proletariado.

Vinte anos depois, Engels irá declarar num Congresso da Socialdemocracia Alemã que a forma específica de ditadura do proletariado é a *república democrática una e indivisível*. Em Marx, a noção de ditadura do proletariado toma as formas políticas mais diversificadas – da conquista da democracia no *Manifesto Comunista* à ditadura

centralizada de Blanqui e à forma de organização da Comuna de Paris como modelo histórico.

Lenin, durante a Revolução de 1905, com sua *tradição jacobina*, defende a ideia da *ditadura democrática dos operários e camponeses* (lembremo-nos de que na sua obra *Que fazer?*, de 1902, definia o socialdemocrata como um *jacobino* ligado ao proletariado). Essa ditadura democrática seria apoiada por uma Assembleia Constituinte, uma reedição da Convenção da Revolução Francesa.

Trotsky defenderá a tática da *revolução permanente* de Blanqui e Marx, na qual os comitês de greve e os sovietes seriam os órgãos da ditadura revolucionária. Em 1917 Lenin adota a teoria da revolução permanente e utiliza os sovietes contra o Estado centralizado dos liberais. Justifica essa nova posição na sua obra *O Estado e a Revolução*.

Porém, após a tomada do poder pelo partido, os sovietes são “depurados” pela *Tcheka*; isolados e dispersos, são suplantados pelo partido centralizado. A guerra civil favorecerá essa centralização. Isso levará à ditadura do partido *sobre* o proletariado, ou, como escrevia Trotsky em 1904, no seu livro *Nossas tarefas políticas*, quando oscilava entre a adesão aos mencheviques: “No esquema de Lenin o Partido *substitui* a classe, o Comitê Central *substitui* o Partido e o Secretário Geral *substitui* o Comitê Central”. Foi o que se deu. Trataremos desse assunto mais adiante.

A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Em novembro de 1917 Lenin dissolve a Assembleia Constituinte. Até essa data ele atacara furiosamente o primeiro-ministro Kerenski por postergar sua convocação e o próprio Trotsky considerava que o Outubro do partido, quando este tomara o poder, seria a salvação da Assembleia. O próprio não manifestava grande entusiasmo pelo golpe de Estado de Outubro; sem Lenin ou Trotsky, ele continuava a esperar uma Constituinte para atuar como oposição de esquerda. O Congresso dos sovietes concedera ao governo um mandato *provisório* até a convocação da Constituinte; os decretos bolcheviques referentes à terra e à paz precisariam ser ratificados pela futura Assembleia.

Ante as primeiras medidas repressivas do governo, 11 comissários do povo se demitem do Partido Bolchevique, reivindicando um governo de coalizão com todos os partidos socialistas – única solução, segundo eles, para não se deixar governar pelo terror

de Estado. Para fins eleitorais, conta o partido com o decreto que confisca a grande propriedade fundiária em proveito dos sovietes camponeses e ao mesmo tempo mina a influência político-eleitoral dos socialistas revolucionários no campo.

Lenin pensa permanecer no poder até os inícios da tão esperada revolução socialista na Alemanha. Nesse espírito, faz a paz com a Alemanha sem indenizações ou anexações. No plano interno, fora criada a polícia secreta (*Tcheka*). Lenin não submete seus decretos ao Comitê Central Executivo, ante o qual teria que prestar contas. Apela à iniciativa dos sovietes, mas impede que eles controlem os delegados que elegeram. Após o golpe de Estado de outubro, quer organizar a Assembleia Constituinte com base em eleições, mudando as listas eleitorais. Ele redige o decreto que condena à pena de morte os desertores, extensiva aos civis.

Steinberg, socialista revolucionário de esquerda, comissário do povo para a Justiça, prega o terror revolucionário por seis meses, após o que promete a implantação do socialismo. Como é possível existir uma Assembleia Constituinte controlando os atos do Poder Executivo se ele próprio não tolera a intervenção do Comitê Executivo dos sovietes? Votam 36 milhões de eleitores; os bolcheviques obtêm 2% da votação, os socialistas revolucionários 58%, os mencheviques 4% e os liberais 13%.

No norte da URSS os bolcheviques obtêm 30% a 40% dos votos; no sul, na Ucrânia, no Baixo Volga e no Cáucaso estão muito enfraquecidos, conseguindo 10% dos votos contra 77% destinados aos socialistas revolucionários. Na Geórgia, os mencheviques ganham esmagadoramente. Na frota do Mar Negro os bolcheviques recebem 25% dos votos; no exército, no sul, 30%; na Ucrânia 30% e nenhum voto no Cáucaso. No exército, em seu conjunto, são vencidos eleitoralmente pelos socialistas revolucionários. Nas cidades como Petrogrado ou Moscou, onde a pressão de seu poder se exerce diretamente, os bolcheviques obtêm um pequeno número de votos em relação às eleições municipais anteriores; entre as nacionalidades alógenas que contestam seu governo, recebem votação inexpressiva.

Apesar das promessas de Lenin às nacionalidades alógenas do Império russo em favor de sua autonomia, elas não o aceitam, conforme mostrara o resultado eleitoral. E apesar do seu Projeto sobre a Terra, que ele toma dos socialistas revolucionários e transforma em decreto, os camponeses rejeitam-no. A constituinte de 1918 realiza o que

Lenin reclamara em 1905: a necessidade de uma maioria esmagadora de 87% de representantes de operários e camponeses. Assim os bolcheviques poderiam governar apoiados numa maioria revolucionária que garantiria a democracia socialista.

Certos militantes socialistas revolucionários propuseram a Lenin a criação de uma Convenção, unindo os partidos soviéticos da Constituinte ao Comitê Central Executivo. Ele recusa; preferirá um “soviétismo domesticado”. O argumento leninista de que se impunha a dissolução da Constituinte, por não representar as relações de força reais do momento, desconhece que poderia ser convocada outra Constituinte que representasse tais relações de força. Ao dissolver a Constituinte, Lenin agira nos termos de Blanqui: primeiro extirpar as más ervas burguesas e monárquicas.

Trotsky explica a dissolução, esclarecendo que os camponeses das aldeias nada sabiam do que se passava em Moscou e Petrogrado, votando nos *Narodniki* (populistas) para seus representantes nos Comitês Regionais. Isso mostra como ficavam para trás da evolução da luta política, salienta Trotsky. Se a Constituinte foi convocada antes de 1918, caberia convocar outra, depois, que refletisse a nova realidade. Porém, o desprezo que os bolcheviques revelaram por eleições gerais após a revolução mostra até que ponto minimizam a influência, sobre os corpos representativos, do *movimento real da sociedade*. Uma revolução pode transformar velhos porta-vozes em novos.

A REVOLUÇÃO E O PROBLEMA NACIONAL E COLONIAL

Um dos temas cruciais colocados pela Revolução Russa de 1917 foi a realização da autodeterminação nacional nos quadros do antigo Império russo, transformado em República Socialista Soviética. Porém, bem antes da eclosão da Revolução Russa, o problema nacional estava vinculado ao colonial. Assim, no *Congresso Socialista Internacional de Amsterdã*, realizado entre os dias 14 e 20 de agosto de 1904, o relatório do socialista holandês Van Kol defende a tese de que novas necessidades surgirão após a vitória da classe operária e que sua libertação econômica implicará, mesmo sob regime socialista, a posse das colônias. Assim, Van Kol sustenta que mesmo a sociedade socialista do futuro deverá ter *sua* política colonial, regulando as relações dos países que atingiram uma posição superior na evolução econômica com aqueles países retardatários. No que se refere ao mercado de trabalho, Van Kol adverte que os trabalhadores dos países civilizados

devem garantir-se contra a concorrência mortal da mão-de-obra nas colônias. “Devemos abandonar o reinado da fraseologia”, adverte no Congresso Socialista de Stuttgart (1907) o socialista alemão David, salientando que a Europa necessita de colônias, pois não as têm em suficiente número. E conclui observando que a Europa sem colônias poderá regredir, do ponto de vista econômico, à situação da China.

O teórico do socialismo pela reforma gradual, através da via parlamentar, Eduard Bernstein, nesse mesmo Congresso faz atentar que aumenta crescentemente a influência dos grupos socialistas, razão pela qual, em matéria colonial, *não* se pode manter uma atitude negativa. Propõe a rejeição da utopia que consiste no *abandono das colônias*. Defende a necessidade de uma certa tutela dos povos “civilizados” sobre os “não civilizados”. Propõe uma *política colonial socialista*, que se oponha à política colonial capitalista.

Contrariamente a isso, em plena guerra, em 1916, Lenin desenvolve o ponto de vista do direito das nações disporem de si próprias e da autodeterminação nacional, como parte do projeto que visa à implantação do socialismo. As nações oprimidas dispõem de seu destino e o direito à livre separação política – nisso consiste a autodeterminação pregada por Lenin.

A 19 de julho de 1920 reúne-se o II Congresso da III Internacional, onde o representante do Partido Comunista da Índia, *Roy*, defende o ponto de vista de que os destinos da Revolução Russa dependem do movimento revolucionário no Oriente. São as colônias que permitem maiores lucros ao capitalismo mundial, que pode repassá-los em parte ao proletariado europeu, corrompendo-o e afastando-o de qualquer aspiração à mudança social.

A questão nacional, isto é, do Estado nacional e sua independência, liga-se à revolução democrático-burguesa – aquela que elimina os obstáculos ao livre desenvolvimento do capitalismo e das formas burguesas de propriedade, unifica economicamente o país através do mercado nacional, reestrutura o setor agrário com a introdução do capitalismo no campo, elimina o absolutismo através da reforma do aparelho de Estado, garante o sufrágio universal e o constitucionalismo, com os direitos do cidadão definidos por lei.

Num país como a Rússia, onde a dominação dos chamados *grandes russos* é exercida sobre inúmeras populações periféricas do Império, Lenin prega o direito da autodeterminação nacional. Lenin vê no movimento nacional burguês de uma nação oprimida um conteúdo democrático que deve ser apoiado: apoia a burguesia polonesa, porém lutando contra a tendência desta em esmagar o povo judeu. Lenin defende o direito de a Ucrânia constituir-se em Estado independente, mas o proletariado não pode defender o privilégio de os grandes russos constituírem uma nação grã-russa privilegiada. “Um povo que oprime outros povos não pode ser livre”, lembra Lenin, citando Marx.

À pergunta “Uma Ucrânia revolucionária se separaria de uma Rússia czarista?”, Lenin responde sem hesitação: sim. Esclarece, porém, que, se a revolução socialista vence na Ucrânia e no conjunto da Rússia, as duas nações podem continuar unidas *livremente*. Para ele, a classe operária não deve cultivar o fetiche do nacionalismo, mas apoiar os movimentos nacionais no que têm de progressivo. Por isso, aconselha a apoiar a luta das colônias – contrariamente à posição de Van Kol na II Internacional –, mesmo quando é a burguesia que a dirige, contra o imperialismo. Lenin resume seu ponto de vista a respeito da questão nacional: igualdade de todas as nações, liberdade de disporem de si próprias e união dos trabalhadores de todas as nações. O que colocou o problema nacional na ordem do dia na Revolução Russa foram as consequências da penetração capitalista no Império russo, que espalhou os *russos* por todo o império; a presença destes era incisiva na medida em que se desenvolvia a exploração das riquezas na Ucrânia e se construía a estrada transiberiana.

Esse tipo de desenvolvimento atingiu rapidamente as províncias do oeste abertas à Europa e as regiões habitadas pelos muçulmanos russos, onde são publicados jornais e livros em língua árabe, cujas edições esgotam-se facilmente. Os alógenos reagem à política de *russificação*, pois veem nela uma *agressão*, razão pela qual os *movimentos de caráter nacional* no Império russo crescem geometricamente.

Em 1905 eles eram totalmente *solidários* aos partidos revolucionários russos que combatiam a autocracia grã-russa. A maioria das nacionalidades alógenas é favorável a uma República Federal. Adepta da autodeterminação nacional, reivindica autonomia tanto interna quanto externa. É o caso dos finlandeses que se beneficiaram de uma certa autonomia interna e reagem às restrições impostas pelo czarismo no início do século.

Alguns querem unir-se à Suécia, porém a maioria é partidária da autonomia. Em março, o Governo Provisório russo publica um documento reconhecendo a autonomia finlandesa. No Parlamento, forma-se um bloco socialista majoritário que se declara adepto da *nova Rússia*; as entidades finlandesas em Petrogrado declaram só reconhecer o Governo Provisório na medida em que execute as decisões do soviete. Os socialistas finlandeses fazem um acordo com os bolcheviques: a Finlândia independente se ligará à Rússia por uma união com co-soberania em questões como guerra e paz e política exterior. O povo quer esse acordo, e as classes dominantes finlandesas veem na aliança com a burguesia russa sua salvação. O que sucedeu na Finlândia com a aplicação da palavra de ordem leninista de autodeterminação nacional, pelo comissário das Nacionalidades do governo soviético, Stalin?

Criara-se uma *Liga Finlandesa* na cidade de Riga, ocupada pela Alemanha, composta por burgueses pertencentes ao Partido Agrário. Os suecos intervêm indiretamente na Finlândia, enviando os partidários da unificação entre os dois países. Em julho de 1917 os soviéticos confiscaram 14 quilos de ouro, fruto das relações comerciais clandestinas entre a Finlândia e a Alemanha. Os suecos, pelo Privata Central Bank, desenvolvem relações econômicas indiretas entre Finlândia e Alemanha. A burguesia finlandesa, apoiada por Suécia e Alemanha, torna-se mais hostil à Rússia. Os membros da Liga Finlandesa e os conservadores ligados à Alemanha formam grupos militares de “autodefesa”. Os socialdemocratas finlandeses criam uma Guarda da Liberdade Popular, ligada aos bolcheviques. Funda-se um soviete na cidade finlandesa de Tammerfors. Estabelece-se a *dualidade de poder*.

Os bolcheviques estão ante um dilema: se respeitam suas promessas de conceder autodeterminação nacional, farão isso a uma Finlândia dominada pela burguesia que utilizara o terror para vencer eleitoralmente os socialdemocratas do país. A 6 de dezembro de 1917 os bolcheviques reconhecem a total independência do país, no momento em que os soviéticos negociam com a Alemanha o Tratado de Paz de Brest-Litovsk, cuja assinatura põe fim ao estado de guerra entre alemães e russos. Com a concessão da autodeterminação à Finlândia, os bolcheviques estavam provando coerência entre o discurso político e suas práticas.

Enquanto isso, a esquerda da socialdemocracia finlandesa, estimulada pela proximidade da URSS, tenta tomar o poder. Os bolcheviques enviam mil soldados para

apoia-los. A burguesia finlandesa apela ao *apoio alemão* e, sob a direção do general Mannerheim, reprime o movimento. Quarenta mil socialdemocratas finlandeses morrem. Resultado: cria-se uma co-cidadania russo-finlandesa que sela a paz da URSS com a Finlândia.

No que se refere às nacionalidades pertencentes ao Império russo, Lenin estabelece tratados bilaterais com cada Estado nacional logo após seu reconhecimento. Pouco a pouco esses Estados perdem sua autonomia, sua força militar e diplomacia independente. Na Ucrânia e na Geórgia isso se dá em 1924. Na *Polônia* ocorre o mesmo. O Conselho de Estado, ligado às potências europeias, contesta o direito de a Assembleia Constituinte russa decidir o destino da Polônia. A esquerda polonesa vê nisso um perigo para a revolução socialista; uma parte dos trabalhadores enfatiza em primeiro lugar a *solidariedade internacional do proletariado*. A 19 de março de 1917, o governo russo concede a todos os cidadãos da Rússia, liberdade de ir e vir, acesso aos quadros públicos, direito de propriedade, de exercer qualquer profissão e de *utilizar a língua nacional nas escolas*.

Na *Ucrânia*, os nacionalistas enfatizam reivindicações culturais e pedem autonomia para administrar as províncias. A esquerda radical e os mencheviques não são favoráveis a essas reivindicações.

Na *Geórgia*, os socialistas enfatizam o caráter *internacional* da luta pelo socialismo, antes de mais nada. Em Tíflis, onde a burguesia era russa ou armênia, a luta de classes confundia-se com a luta contra a opressão estrangeira. Na *Armênia*, devido à ameaça turca, o separatismo não criou raízes. Pregava-se a constituição de uma *república* que englobasse a Transcaucásia, devido ao alto contingente de armênios lá existentes, especialmente na Geórgia. Os *judeus*, com o renascimento do antissemitismo na *Ucrânia*, conscientes de que são rejeitados pela nacionalidade russa e de que constituem uma *nação*, lutam pelo seu reconhecimento. Em 1897 funda-se o *Bund* (Partido Socialista Judeu), que espera resolver o *problema judeu* pela revolução socialista. Inicialmente surge integrado ao Partido Socialdemocrata Russo; separa-se dele em 1903 e em 1912 reintegra-se a seus quadros. Os nacionalistas judeus veem no Bund a defesa de um judaísmo precário. Como reação a ele, surge o *Partido Poalé Sion*, a favor de um Estado judeu independente, seja na América do Sul, na África, etc. O Bund está entre dois fogos: dos revolucionários que não se consideram judeus (Trotski, Martov), combatendo o nacionalismo judaico, e dos

sionistas, que desconfiam do “judaísmo” do Bund e duvidam que o socialismo resolverá o *problema judeu*.

A revolução altera o comportamento dos judeus da Rússia e suas atitudes ante o problema nacional. Não considerando os russos de confissão judaica que são revolucionários, inúmeros judeus ignoram reivindicações nacionais ou do tipo confessional. Tanto os trabalhadores judeus de Tambov quanto os soldados judeus do 25º e do 39º regimentos não só apoiam a revolução, como fazem profissão de fé pela igualdade e liberdade.

O Partido Operário Judeu, o Bund, prega a união dos trabalhadores judeus ao conjunto da classe operária russa, para realizarem uma campanha pela Assembleia Constituinte. Ele se integra às lutas políticas inerentes ao novo regime, dando prioridade a reivindicar, para a comunidade judaica na Rússia, *autonomia cultural*, só viável com a instauração de um regime democrático. Enquanto o Bund assume a luta dos trabalhadores russos na sua totalidade, a tendência *nacionalista* na comunidade judaica é expressada pelo *sionismo*. Este vê na mudança do regime a possibilidade de pedir apoio do governo russo à construção de “um lar nacional na Palestina”. Opondo-se a isso, o Bund organiza um Congresso Nacional Judaico, numa tentativa de unificar as forças. As decisões não obrigam ninguém da classe trabalhadora judaica, assinala o Bund; a decisão final cabe à Constituinte.

Ucranianos, letões, estonianos, tártaros, *uzbeks*, enfim, inúmeros povos que faziam parte do Império russo definem suas reivindicações de autodeterminação nacional. Contudo, a realização dessa autodeterminação nacional num país dividido em classes, na prática, levará à *autodeterminação da classe dominante, em nome da nação*; esse é o sentido da crítica que Rosa Luxemburgo faz a Lenin, ao definir essa palavra de ordem como pequeno-burguesa. As classes estão *ausentes* nessa palavra de ordem. A prova de que ela tinha razão aparece com o exemplo finlandês.

Na verdade, todas as revoluções burguesas ocidentais mostram isso com clareza. Quem dinamizou os Estados Gerais ou a quarta Duma, tornando-a porta voz da revolução, senão a influência do movimento social global, a ação do povo nas ruas? Não há dúvida de que existe sabotagem em período revolucionário, porém a solução leninista de combatê-la, abolindo a democracia, resolve um problema e cria inúmeros outros. Rosa Luxemburgo, na

sua análise da Revolução Russa, mostra como no caso a chamada *ditadura socialista* devia estar atuante. Porém, a mais ampla democracia é condição para a construção de uma nova ordem social, sem a qual alguns chefes “iluminados” decidem em nome da grande maioria.

O PARTIDO

É impossível entender a Revolução Russa sem entender as funções preenchidas pelo Partido Bolchevique, a teoria e a prática do *centralismo democrático*, considerado por Lenin como forma suprema de organização proletária. As revoluções que procuram mudar as relações de propriedade e não somente as pessoas que governam, instaurando um *novo modo de produção*, não são feitas por partidos, grupos ou quadros, mas resultam das contradições sociais que mobilizam amplos setores da população.

A Revolução Russa deu-se em parte devido às péssimas condições de vida da maioria da população, envolvida numa guerra sem sentido (1914-18). O que emergia da Revolução Russa era a esperança de se construir uma nova sociedade. No entanto, substituiu-se o czarismo pelo *capitalismo de Estado*. O teórico dessa tendência foi o economista Preobrajenski, que em 1903 aderiu ao bolchevismo e contava com 31 anos na época da Revolução de Outubro. Membro do Comitê Central do partido, em 1920 é um dos três secretários do Comitê Central, com Krestiniski e Serebriakov. Em 1921 sofre um eclipse, por ter apoiado Trotski, contra Lenin, na sua tese da militarização dos sindicatos. Não é reeleito para o Comitê Central, o que lhe permite dedicar-se a estudos econômicos a serviço do partido.

Publica sua obra *A nova ciência da economia* em 1925. Segundo ele, para compreender as leis gerais do capitalismo foi necessário construir o conceito de *capitalismo puro*, porém as leis gerais só se realizam como tendência dominante e de maneira aproximativa. Será necessário proceder assim para o sistema socialista? A realização do socialismo criará uma *tecnologia social* fundada na previsão econômica numa *economia organizada*. Não atingimos esse estágio. No processo revolucionário enfrentam-se duas lógicas. Uma fundada na produção para o lucro, para o mercado, papel da pequena propriedade agrária na economia do país. Mas há outra lógica, que permite ao Estado soviético apoiar empresas – que seriam fechadas se considerássemos o aspecto do lucro individual – e, nas trocas com a economia privada, obter vantagens que não existiriam se só

a produção para o lucro privado atuasse. Ele designa essa lógica como *lei da acumulação socialista primitiva*.

Mostra as semelhanças entre a revolução burguesa, que se deu quando o capitalismo elaborou seu sistema econômico, e a revolução socialista, que inicia sua cronologia com a tomada do poder pelo proletariado. *Nos dois casos é inevitável a pilhagem*. Na revolução burguesa, a pequena produção sofrera a *pilhagem* em benefício da grande produção capitalista.

Segundo ele, o mesmo sucederá com o socialismo, que só depois de muito tempo ultrapassará o capitalismo. *A acumulação socialista aparece de duas formas: pela redução do salário dos operários e funcionários do Estado ou à custa das rendas dos pequeno-burgueses e capitalistas*. Pelo controle dos impostos, o setor capitalista poderá apropriar-se da mais-valia do setor privado. Com a fusão entre a economia de Estado e o poder de Estado, as empresas “socialistas” podem enfrentar a indústria capitalista europeia. As propostas de Preobrajenski implicam uma industrialização acelerada, que significa um *enorme desenvolvimento da economia de Estado e, portanto, o reforço dos aparelhos do partido*.

Esse partido tende a frear o curso dos acontecimentos, pois está *estruturado hierarquicamente*, refletindo assim a própria sociedade a que pretende se opor. Apesar de suas pretensões teóricas revolucionárias, é um órgão burguês, na medida em que é um Estado em miniatura, cuja finalidade é *tomar o poder, não destruí-lo*. Assimila as formas técnicas e a mentalidade da burocracia. Seus membros são educados para a *obediência*, para aderirem a um *dogma* rígido e reverenciarem o *liderismo* ou o *espírito de chefe*. Este liderismo, ou *função dirigente* do partido, baseia-se em costumes gerados pelo mando, pelo autoritarismo e pela manipulação.

Nas situações em que o partido não exerce a ditadura, tem que participar de campanhas eleitorais, adquirindo a roupagem externa do partido eleitoral. Na medida em que o partido adquire imóveis, meios de propaganda, cadeia de jornais, revistas, cria seus *intelectuais orgânicos* que, acostumados a exporem sempre as decisões do Comitê Central como ideias correntes, recusam-se a aceitar as novas ideias que possam surgir, seja na área do marxismo ou fora dele; sem o perceber, tornam-se conservadores. Por outro lado, como os órgãos de comunicação em que esses intelectuais prestam serviço são rigidamente

controlados, para manterem o emprego é muito *mais seguro* fundamentar o que escrevem na *última decisão do Comitê Central do Partido*, do que aventurar-se a tirarem *interpretações pessoais*, mesmo fundados em Marx ou Lenin. Isso ocorre especialmente onde o partido e o Estado estão imbricados, como no caso da URSS e dos países do Leste Europeu.

A hierarquização do mando é outro elemento estrutural do partido, organizado no esquema leninista. À medida que o partido cresce, aumenta a *distância* entre a base e a direção. Os *líderes* convertem-se em *personagens*. Os grupos locais, que conhecem melhor que qualquer líder remoto sua situação em cada momento, são obrigados a subordinar sua interpretação direta às diretrizes das cúpulas. Como os dirigentes desconhecem os problemas locais, agem com cautela; em geral, a capacidade do líder *diminui* quanto mais *acende* na hierarquia burocrática do partido.

Quanto mais nos aproximamos do nível onde são tomadas as decisões reais, mais verificamos o caráter conservador do processo de elaboração decisória. Quanto mais burocráticos e alheios são os fatores que influenciam a decisão, tanto mais são levados em conta *problemas de prestígio*, e as *posições alcançadas* estão acima da dedicação desinteressada à revolução social. O partido, quanto mais busca eficiência na hierarquia, nos quadros e na centralização torna-se menos eficiente do ponto de vista revolucionário. O partido será eficiente no moldar a sociedade à sua imagem hierárquica, caso a revolução triunfe. Cria a burocracia, a centralização e o Estado.

É um alento para as condições sociais que justificam este tipo de sociedade. Por isso, em vez de progressivamente desaparecer, o Estado controlado pelo “glorioso” partido preserva as condições essenciais que necessitam da existência de um Estado e de um partido para mantê-lo. Em época de repressão, esse tipo de partido é altamente vulnerável. Basta deter a direção do partido para destruir todo o movimento. Com os líderes presos ou escondidos, o partido paralisa-se, pois seus filiados, sem ter a quem obedecer, dispersam-se.

Entre 1904 e 1917 o Partido Bolchevique escapou a isso, porque, sendo ilegal, era constantemente destruído e reconstruído. Encontrava-se minado por facções, proibidas após a rebelião de Kronstadt. Com essa proibição e o exercício do poder, o Partido Bolchevique transformou-se numa máquina, centralista, burocrática e hierárquica, além de

cultivar o “liderismo”. Segundo um líder sindical operário da época, Ossinski, que pertencia à Oposição Operária, o partido *não* coordenou a revolução e *nem* a dirigiu, simplesmente a dominou. Durante a Revolução Russa observou-se o surgimento de inúmeros partidos que se diziam “representantes do proletariado”: bolcheviques, mencheviques, socialistas revolucionários, socialistas revolucionários de esquerda.

A pluralidade de partidos que se atribuem o título de “partidos da classe operária” demonstra, por simples dedução lógica, que *não existe nenhum* partido da classe trabalhadora. Isto é, para tais grupos o grande problema é ideológico. Mas, na realidade, todos os partidos carismáticos (que cultivam o liderismo) *desconfiam* profundamente da classe operária. Quando se perguntava a Lenin ou Trotski por que os conselhos e sindicatos não exerciam o poder controlados pelos trabalhadores, que através de assembleias podiam nomear ou demitir os que não estão lutando pelos interesses de classe, a resposta era uma risada sarcástica.

Como podem ser revolucionários e operários os partidos que, *em nome da classe trabalhadora*, colocam nas mãos do Estado as empresas industriais e as explorações agrícolas, dirigidas por diretores nomeados pelo Estado, de cima para baixo, e que estabelecem, em nome da “emulação”, tarifas diferenciais de salários entre operários e entre estes e os técnicos, ampliando assim a diferenciação social?

Esses partidos, especialmente o bolchevique, cultivaram a *ideologia da nulidade operária*, considerando os trabalhadores mera força de trabalho que têm que ser “dirigidos”, “organizados” pelo partido. O socialismo de dirigentes e dirigidos não é socialismo, mas autoritarismo burocrático. Mantém o trabalhador da linha de produção ganhando “por produção” e subordinado à chefia, nomeada pelo partido e pelo Estado. Tudo isso porque o partido que se autoconsidera “vanguarda do proletariado” tem medo da participação generalizada dos que trabalham nas fábricas e nas comunas rurais, que podem federar-se. A base pode destruir quem exerce o poder em *seu nome* e não cumpre as decisões coletivas. O socialismo funda-se na *solidariedade e no entendimento mútuo*. Makhno ou Kronstadt não delegam poder a ninguém, nem exigem que os outros abdicuem do seu. Em troca, ofere-cem a todos um trabalho comunitário, num plano de *igualdade radical no que diz respeito aos direitos, de participação e decisão*.

Por que esse oferecimento é recebido pelo Partido Bolchevique como uma afronta e quem o faz é tachado de *contrarrevolucionário*? Por que o Exército Vermelho comandado por Trotski destruiu a comuna de Kronstadt e por que as milícias makhnovistas, após derrotar os generais czaristas na Ucrânia, foram atacadas à traição e dizimadas pelo Exército Vermelho? Porque é inerente a qualquer poder vertical, burocrático, tender a crescer e dominar a sociedade através do partido.

Quando o próprio trabalhador dirige *sua* luta, através de sovietes livres, conselhos de usina, grupos e comissões de fábrica, ele *deixa de obedecer cegamente* ao Comitê Central do Partido. Assim sucedeu na Comuna de Paris, na Revolução Russa de 1917, na Revolução Alemã de 1918 e na Revolução Espanhola de 1936-39. O partido político é *substituísta*; pretende ocupar o lugar que deve ser ocupado pelos trabalhadores. O partido não unifica lutas e sim pessoas. O operário é *revolucionário* não por ter lido Marx ou Engels, mas quando pensa por si mesmo e aprende através de sua integração em organizações *autônomas* de classe, não tuteladas por um partido ou pelo Estado.

Como pode um Estado que se autointitule “operário” ou “socialista” libertar o operário e os trabalhadores em geral, se ele mesmo está *fora* do controle destes? Assim, *delegar* poder é perder poder. A representação só tem sentido quando os representantes controlam os representados. Por isso, a decantada necessidade da ditadura do proletariado, exercida em seu nome pelo partido, que realizaria a fase de “transição” do capitalismo ao socialismo, é uma grande mistificação. Em nome dessa “transição”, o partido funde-se com o Estado e exerce o poder *sobre* o proletariado; é uma ditadura sim, mas *sem* proletariado como sujeito ativo; este aparece apenas como mão-de-obra a ser explorada pelo burocracia, que possui o Estado como sua propriedade privada, conforme dizia profeticamente o velho Marx nos inícios do movimento operário.

Então esse partido que se atribui a função “dirigente”, “organizadora”, “de vanguarda” e se autodenomina “partido de quadros” ou “partido de massas”, faz o que com seus adeptos, militantes profissionais, membros que fizeram “carreira partidária”, foram eleitos ou nomeados *por cooptação* ao Comitê Central?

Na *teoria*, os militantes devem conhecer as propostas programáticas das diferentes linhas internas, escolhendo quem defende uma linha conforme sua maneira de pensar – é o que o Partido Bolchevique chama de “luta interna”. Na *prática*, uma vez no poder, o

dirigente ordena e corresponde aos interesses do grupo e não da base. Como político profissional, preocupa-se mais com seu “trabalho” do que com cumprir promessas. Não nos esqueçamos que na URSS, mesmo sob partido único, há eleições.

O dirigente partidário, e ao mesmo tempo burocrata de empresa industrial ou agrícola, afasta-se da vida quotidiana da maioria dos trabalhadores comuns, isto é, dos que não têm privilégios nem imunidades. Torna-se conservador, levando uma vida *particular*, no nível da *maioria dirigente*, muito diferente dos militantes de base. A maioria dos filiados ao partido *não* conhece os programas, deixa-se levar pelos *slogans* e pelas promessas dos candidatos nas eleições rituais. Os programas e promessas são sempre *imprecisos*, pois permitem aos dirigentes campo para manobrar. O Partido Bolchevique jamais será democrático, pois é dirigido por uma *minoría* com interesses *específicos*.

*** Trecho do livro *A Revolução Russa*.**